

SABERES EM DISPUTA E TERRITÓRIOS EM RESISTÊNCIA: EPISTEMOLOGIAS INSURGENTES, COLONIALIDADE DO SABER E DESAFIOS PARA PENSAR FUTUROS POSSÍVEIS

DISPUTED KNOWLEDGES AND TERRITORIES OF RESISTANCE: INSURGENT EPISTEMOLOGIES, COLONIALITY OF KNOWLEDGE AND CHALLENGES FOR THINKING POSSIBLE FUTURES

Jose Antonio Nunes Aguiar¹

Resumo: O presente artigo propõe uma análise crítica das disputas epistemológicas contemporâneas a partir da articulação entre saber, poder e território, tomando como eixo central a emergência das epistemologias insurgentes nos territórios em resistência. Parte-se da compreensão de que a epistemologia dominante, herdeira do Iluminismo europeu e historicamente capturada pelo capitalismo, consolidou-se como um instrumento de hierarquização cultural, exclusão cognitiva e destruição dos saberes produzidos por povos originários, populações negras e grupos socialmente marginalizados. Ao longo do texto, discute-se como a colonialidade do saber operou processos sistemáticos de epistemicídio, ao mesmo tempo em que se evidenciam as práticas históricas de resistência e, no cenário contemporâneo, os movimentos de resgate epistemológico dessas populações. A partir do diálogo com os estudos decoloniais, a filosofia africana — especialmente o pensamento de Severino Elias Ngoenha — e a teoria social crítica, o artigo sustenta que os territórios em resistência constituem espaços legítimos de produção epistemológica e de imaginação de futuros possíveis. Conclui-se que a desconstrução da epistemologia hegemônica e o reconhecimento da pluralidade de saberes são condições fundamentais para a construção de uma ciência comprometida com a justiça cognitiva e

¹ Mestrando em Direito e Afirmação de Vulneráveis, Universidade Ceuma, São Luís/MA e graduado em Direito pela UFMA. Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-2605-6343>

com a transformação social.

Palavras-chave: Epistemologias insurgentes; Territorialidade; Colonialidade do saber; Resistência; Futuros possíveis.

Abstract: This article proposes a critical analysis of contemporary epistemological disputes by articulating knowledge, power, and territory, focusing on the emergence of insurgent epistemologies within territories of resistance. It argues that the dominant epistemology, inherited from the European Enlightenment and historically captured by capitalism, has functioned as an instrument of cultural hierarchization, cognitive exclusion, and destruction of the knowledge produced by Indigenous peoples, Black populations, and socially marginalized groups. The article discusses how the coloniality of knowledge operated systematic processes of epistemicide while highlighting historical practices of resistance and, in the contemporary context, movements of epistemological recovery. Drawing on decolonial studies, African philosophy—especially the thought of Severino Elias Ngoenha—and critical social theory, the text argues that territories of resistance are legitimate spaces of epistemological production and imagination of possible futures. It concludes that dismantling hegemonic epistemology and recognizing epistemological plurality are essential conditions for building a science committed to cognitive justice and social transformation.

Keywords: Insurgent epistemologies; Territoriality; Coloniality of knowledge; Resistance; Possible futures.

INTRODUÇÃO

As disputas em torno da produção do conhecimento tornaram-se um dos eixos centrais dos conflitos contemporâneos, especialmente em sociedades marcadas por profundas desigualdades

históricas, territoriais e raciais. Longe de constituir um campo neutro, a epistemologia revela-se como um espaço de poder no qual se definem quais saberes são reconhecidos como legítimos e quais são relegados à marginalidade. Como afirma Boaventura de Sousa Santos, “não há conhecimento neutro, pois todo saber é produzido a partir de uma determinada posição no mundo” (SANTOS, 2000, p. 21).

A epistemologia dominante, que estrutura a ciência moderna, possui raízes profundas no projeto iluminista europeu. Ao afirmar a razão como fundamento universal do conhecimento, o Iluminismo promoveu uma ruptura com explicações teológicas e tradicionais, inaugurando um novo paradigma científico. No entanto, como demonstram Horkheimer e Adorno (1985), essa razão emancipadora foi historicamente capturada pelo capitalismo, transformando-se em razão instrumental, orientada para a eficiência, o controle e a exploração. Esse processo deu origem a uma epistemologia funcional à expansão colonial e à mercantilização da vida.

No contexto latino-americano e africano, essa racionalidade produziu efeitos devastadores. A colonialidade do saber, conforme formulada por Aníbal Quijano (2005), instituiu uma hierarquia epistemológica que associou o conhecimento europeu à racionalidade e os saberes dos povos colonizados à irracionalidade, legitimando a destruição simbólica e material de culturas inteiras. Povos originários, populações negras e comunidades tradicionais tiveram seus sistemas de conhecimento sistematicamente silenciados, configurando o epistemicídio como uma prática estrutural da modernidade.

Apesar disso, esses povos nunca deixaram de resistir. Desde o período colonial, a resistência não se limitou ao enfrentamento territorial direto, mas se expressou também na preservação de línguas, cosmologias, práticas religiosas e formas comunitárias de organização do conhecimento. No cenário contemporâneo, essa resistência adquire novas dimensões, articulando-se a movimentos de resgate epistemológico, entendidos como processos de recuperação crítica de tradições, memórias e racionalidades historicamente roubadas, dominadas ou destruídas pelo sistema hegemônico.

É nesse contexto que emergem as epistemologias insurgentes, produzidas nos territórios em resistência e comprometidas com a reconstrução dos vínculos entre saber, território e comunidade. Ao

reconhecer esses territórios como espaços legítimos de produção epistemológica, este artigo propõe uma reflexão crítica sobre os limites da epistemologia dominante e sobre os desafios para pensar futuros possíveis a partir de racionalidades plurais e situadas.

JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA CIENTÍFICA

A relevância deste artigo fundamenta-se na necessidade urgente de problematizar os fundamentos epistemológicos que sustentam a produção do conhecimento científico contemporâneo, especialmente em contextos marcados por profundas desigualdades históricas, raciais e territoriais. A epistemologia dominante, consolidada a partir do Iluminismo europeu e posteriormente apropriada pelo capitalismo, estruturou-se como um paradigma universalizante que desconsiderou as condições concretas de produção do conhecimento em diferentes territórios e culturas. Tal processo não apenas hierarquizou saberes, mas também promoveu a destruição sistemática de racionalidades consideradas incompatíveis com o projeto moderno de ciência e progresso.

Como observa Boaventura de Sousa Santos, “a modernidade ocidental construiu-se com base numa monocultura do saber científico, que produziu a invisibilidade de outras formas de conhecimento” (SANTOS, 2007, p. 29).

Essa monocultura epistemológica teve impactos profundos sobre os povos originários, as populações negras e os grupos socialmente marginalizados, cujos sistemas de conhecimento foram historicamente desqualificados, apropriados ou silenciados. No caso brasileiro, a colonialidade do saber manifestou-se de forma particularmente violenta, associando raça, território e produção do conhecimento em um mesmo dispositivo de exclusão. O conhecimento legítimo passou a ser aquele alinhado aos padrões europeus de racionalidade, enquanto os saberes locais foram relegados ao campo do folclore, da tradição ou da superstição.

A importância científica deste estudo reside, portanto, na articulação entre epistemologia e territorialidade, compreendendo que o conhecimento não é produzido em abstração, mas emerge

de contextos históricos e geográficos específicos. Os territórios em resistência — sejam eles indígenas, quilombolas, periféricos ou camponeses — constituem espaços privilegiados de produção epistemológica, nos quais o saber se constrói a partir da experiência concreta da luta, da memória coletiva e da relação viva com o território.

Além disso, este artigo contribui para o fortalecimento do diálogo entre os estudos decoloniais e a filosofia africana contemporânea, especialmente a partir do pensamento de Severino Elias Ngoenha. Ao afirmar que não há libertação política sem libertação epistemológica, Ngoenha oferece um referencial teórico fundamental para compreender os limites das abordagens críticas que não enfrentam a dependência cognitiva herdada do colonialismo. Segundo o autor, “um povo que não pensa com categorias próprias permanece prisioneiro de modelos que não respondem à sua realidade histórica” (NGOENHA, 2014, p. 88).

Do ponto de vista acadêmico, a relevância do artigo também se justifica pela contribuição ao debate sobre justiça cognitiva e pluralidade epistemológica, temas cada vez mais centrais nas ciências humanas e sociais. Ao reconhecer os saberes insurgentes como conhecimentos legítimos, o estudo desafia a universidade a repensar seus critérios de validação científica e seu papel na reprodução das desigualdades epistemológicas.

Por fim, a relevância social e política do trabalho reside no fato de que as epistemologias insurgentes oferecem respostas concretas à crise civilizatória contemporânea. Em um contexto marcado pela degradação ambiental, pela intensificação das desigualdades e pelo esgotamento do paradigma do progresso, os saberes produzidos nos territórios em resistência apontam para formas alternativas de organização da vida social, baseadas na solidariedade, no cuidado e na sustentabilidade. Assim, este artigo contribui não apenas para o avanço do conhecimento acadêmico, mas para a construção de horizontes possíveis de transformação social.

PROBLEMA

A partir das reflexões apresentadas, o problema central que orienta este estudo pode ser formulado da seguinte maneira:

De que modo as epistemologias insurgentes, produzidas nos territórios em resistência, enfrentam a epistemologia dominante — herdeira do Iluminismo e capturada pelo capitalismo — e contribuem para a reconstrução de saberes, valores e tradições historicamente destruídos, possibilitando a imaginação de futuros alternativos?

Esse problema parte do reconhecimento de que a epistemologia hegemônica não apenas organizou a produção do conhecimento científico, mas também operou como instrumento de dominação cultural e territorial. Como destaca Michel Foucault, “cada sociedade tem seu regime de verdade, sua política geral de verdade”(FOUCAULT, 2008, p. 12), o que significa que os critérios de validade do conhecimento estão profundamente vinculados a relações de poder.

Assim, o problema de pesquisa não se limita à análise abstrata de teorias epistemológicas, mas envolve a compreensão de como os saberes subalternizados resistem, se reinventam e reivindicam reconhecimento em um campo científico historicamente excludente. Trata-se de investigar se, e em que medida, esses saberes são capazes de oferecer respostas efetivas aos desafios contemporâneos, rompendo com a lógica destrutiva da cultura dominante.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Analisar criticamente as disputas epistemológicas contemporâneas a partir da articulação entre saber, poder e território, destacando o papel das epistemologias insurgentes na desconstrução da epistemologia dominante e na reconstrução de saberes, valores e tradições historicamente silenciados, visando à construção de futuros possíveis.

Objetivos Específicos

- Examinar a formação histórica da epistemologia dominante a partir do Iluminismo europeu e sua captura pelo capitalismo;
- Analisar o conceito de colonialidade do saber e suas implicações para a exclusão epistemológica de povos originários, populações negras e territórios populares;
- Compreender a noção de epistemicídio como prática estrutural da modernidade;
- Desenvolver a ideia de desconstrução epistemológica a partir da filosofia africana, com ênfase no pensamento de Severino Elias Ngoenha;
- Investigar como os territórios em resistência produzem saberes insurgentes articulados à memória, à tradição e à experiência coletiva;
- Refletir sobre o papel do resgate epistemológico na construção de futuros alternativos diante da crise do paradigma civilizatório dominante.

METODOLOGIA

Este artigo adota uma abordagem qualitativa, de natureza teórico-crítica, orientada pelo método dialético e por uma perspectiva decolonial da produção do conhecimento. A escolha metodológica fundamenta-se na compreensão de que as disputas epistemológicas analisadas não podem ser apreendidas por métodos positivistas ou empiricistas tradicionais, uma vez que envolvem relações históricas de poder, processos de dominação simbólica e experiências territoriais complexas.

A pesquisa desenvolve-se por meio de revisão bibliográfica crítica, articulando autores da

teoria social crítica, dos estudos decoloniais, da filosofia africana e da sociologia do conhecimento. Essa articulação permite analisar a epistemologia dominante não apenas como um conjunto de ideias abstratas, mas como um dispositivo histórico vinculado à expansão colonial, à racionalidade capitalista e à organização desigual dos territórios.

Como ressalta Severino Antônio Severino, “a metodologia científica deve ser compreendida como mediação entre o sujeito e a realidade, não como técnica neutra, mas como escolha epistemológica situada” (SEVERINO, 2011, p. 24).

Nesse sentido, a metodologia adotada reconhece explicitamente o caráter situado do conhecimento e rejeita a pretensão de neutralidade científica. O método dialético é utilizado para apreender as contradições entre epistemologia hegemônica e saberes insurgentes, compreendendo-as como expressões de conflitos históricos e territoriais. A análise parte do pressuposto de que o conhecimento é produzido em contextos de disputa, nos quais diferentes racionalidades competem por legitimidade.

Além da revisão bibliográfica, o artigo recorre à análise documental de produções acadêmicas, relatórios institucionais e textos políticos produzidos por movimentos sociais e comunidades tradicionais, entendidos aqui como expressões legítimas de produção epistemológica. Essa escolha metodológica dialoga com a proposta de justiça cognitiva, defendida por Boaventura de Sousa Santos, segundo a qual “não haverá justiça social global sem justiça cognitiva global” (SANTOS, 2007, p. 30).

Portanto, a metodologia não se limita a descrever ou comparar teorias, mas busca problematizar os critérios de validação do conhecimento científico e evidenciar os mecanismos que historicamente excluíram os saberes produzidos nos territórios em resistência.

EPISTEMOLOGIA DOMINANTE, ILUMINISMO E COLONIALIDADE DO SABER

A epistemologia dominante que estrutura a ciência moderna tem suas raízes no projeto iluminista europeu dos séculos XVII e XVIII. Ao afirmar a razão como princípio universal do

conhecimento, o Iluminismo promoveu uma ruptura com explicações teológicas e tradicionais, inaugurando uma nova forma de compreender o mundo baseada na observação, na experimentação e na racionalidade científica. No entanto, esse projeto, inicialmente associado a ideais de emancipação, foi progressivamente capturado pelas dinâmicas do capitalismo e do colonialismo.

Horkheimer e Adorno analisam esse processo ao afirmar que “o esclarecimento, ao pretender livrar os homens do medo e torná-los senhores, acabou por submetê-los a uma nova forma de dominação” (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p. 19).

Essa captura da razão pelo capitalismo transformou o conhecimento em instrumento de controle, eficiência e exploração, consolidando uma racionalidade instrumental que passou a orientar não apenas a economia, mas também a produção científica.

No contexto colonial, essa racionalidade operou como fundamento epistemológico da dominação europeia. A ciência moderna passou a legitimar a exploração dos territórios colonizados, classificando povos, hierarquizando culturas e definindo quais formas de conhecimento eram consideradas válidas. Aníbal Quijano denomina esse processo de colonialidade do saber, destacando que “a imposição da epistemologia europeia foi uma dimensão central da dominação colonial, tão importante quanto a exploração econômica”(QUIJANO, 2005, p. 121).

A colonialidade do saber produziu uma divisão abissal entre conhecimentos científicos e não científicos, relegando os saberes dos povos originários e das populações negras ao campo da irracionalidade. Boaventura de Sousa Santos descreve essa lógica como pensamento abissal, no qual “o que está do outro lado da linha é produzido como inexistente” (SANTOS, 2007, p. 32).

Esse processo resultou no epistemicídio, entendido como a destruição sistemática de sistemas de conhecimento que não se enquadravam nos padrões da ciência moderna. O epistemicídio não ocorreu apenas pela supressão violenta de práticas culturais, mas também pela apropriação seletiva de saberes, descontextualizados e reconfigurados para atender aos interesses do capitalismo e da colonialidade.

No Brasil, esse fenômeno manifestou-se de forma intensa na negação dos conhecimentos

indígenas sobre a terra, a natureza e a organização social, bem como na marginalização dos saberes africanos trazidos pela diáspora forçada. A epistemologia dominante consolidou-se, assim, como um instrumento de destruição cultural e de controle territorial, legitimando a exploração e a desigualdade.

DESCONSTRUÇÃO EPISTEMOLÓGICA E FILOSOFIA AFRICANA

A desconstrução da epistemologia dominante constitui um dos desafios centrais do pensamento crítico contemporâneo. Mais do que negar a ciência moderna, trata-se de questionar seus pressupostos universalizantes e abrir espaço para a pluralidade epistemológica. Nesse contexto, a filosofia africana contemporânea oferece contribuições fundamentais para a crítica da colonialidade do saber.

Severino Elias Ngoenha destaca que a colonização produziu uma dependência epistemológica que persiste mesmo após a independência política dos países africanos. Para o autor, “a libertação verdadeira exige a capacidade de pensar a partir da própria experiência histórica e cultural” (NGOENHA, 2014, p. 93).

Essa afirmação revela que a emancipação epistemológica não pode ser alcançada apenas pela inclusão de novos conteúdos no currículo científico, mas requer uma transformação profunda das categorias de pensamento e dos critérios de validação do conhecimento.

Ngoenha propõe uma filosofia do possível, orientada pela reconstrução crítica da memória e pela valorização dos saberes locais como fundamentos para a construção do futuro. Essa perspectiva dialoga com o conceito de epistemologias insurgentes, compreendidas como práticas de conhecimento que emergem da experiência concreta dos territórios em resistência e que se colocam em oposição à lógica destrutiva da racionalidade dominante.

A desconstrução epistemológica implica, portanto, reconhecer que o conhecimento científico não é superior por natureza, mas por força de um processo histórico de imposição. Como afirma Hountondji, “o problema não é a racionalidade africana, mas os critérios eurocêntricos que definem o

que conta como racional” (HOUNTONDJI, 1996, p. 45).

Ao incorporar essas reflexões, este artigo sustenta que a filosofia africana não deve ser tratada como objeto exótico de estudo, mas como fonte legítima de produção epistemológica capaz de desafiar os fundamentos da ciência moderna. A desconstrução epistemológica, nesse sentido, não significa rejeitar todo conhecimento ocidental, mas romper com sua pretensão de universalidade e abrir espaço para um diálogo horizontal entre saberes.

METODOLOGIA

Este artigo adota uma abordagem qualitativa, de natureza teórico-crítica, orientada pelo método dialético e por uma perspectiva decolonial da produção do conhecimento. A escolha metodológica fundamenta-se na compreensão de que as disputas epistemológicas analisadas não podem ser apreendidas por métodos positivistas ou empiricistas tradicionais, uma vez que envolvem relações históricas de poder, processos de dominação simbólica e experiências territoriais complexas.

A pesquisa desenvolve-se por meio de revisão bibliográfica crítica, articulando autores da teoria social crítica, dos estudos decoloniais, da filosofia africana e da sociologia do conhecimento. Essa articulação permite analisar a epistemologia dominante não apenas como um conjunto de ideias abstratas, mas como um dispositivo histórico vinculado à expansão colonial, à racionalidade capitalista e à organização desigual dos territórios.

Como ressalta Severino Antônio Severino, “a metodologia científica deve ser compreendida como mediação entre o sujeito e a realidade, não como técnica neutra, mas como escolha epistemológica situada” (SEVERINO, 2011, p. 24).

Nesse sentido, a metodologia adotada reconhece explicitamente o caráter situado do conhecimento e rejeita a pretensão de neutralidade científica. O método dialético é utilizado para apreender as contradições entre epistemologia hegemônica e saberes insurgentes, compreendendo-as como expressões de conflitos históricos e territoriais. A análise parte do pressuposto de que o

conhecimento é produzido em contextos de disputa, nos quais diferentes racionalidades competem por legitimidade.

Além da revisão bibliográfica, o artigo recorre à análise documental de produções acadêmicas, relatórios institucionais e textos políticos produzidos por movimentos sociais e comunidades tradicionais, entendidos aqui como expressões legítimas de produção epistemológica. Essa escolha metodológica dialoga com a proposta de justiça cognitiva, defendida por Boaventura de Sousa Santos, segundo a qual “não haverá justiça social global sem justiça cognitiva global” (SANTOS, 2007, p. 30).

Portanto, a metodologia não se limita a descrever ou comparar teorias, mas busca problematizar os critérios de validação do conhecimento científico e evidenciar os mecanismos que historicamente excluíram os saberes produzidos nos territórios em resistência.

EPISTEMOLOGIA DOMINANTE, ILUMINISMO E COLONIALIDADE DO SABER

A epistemologia dominante que estrutura a ciência moderna tem suas raízes no projeto iluminista europeu dos séculos XVII e XVIII. Ao afirmar a razão como princípio universal do conhecimento, o Iluminismo promoveu uma ruptura com explicações teológicas e tradicionais, inaugurando uma nova forma de compreender o mundo baseada na observação, na experimentação e na racionalidade científica. No entanto, esse projeto, inicialmente associado a ideais de emancipação, foi progressivamente capturado pelas dinâmicas do capitalismo e do colonialismo.

Horkheimer e Adorno analisam esse processo ao afirmar que “o esclarecimento, ao pretender livrar os homens do medo e torná-los senhores, acabou por submetê-los a uma nova forma de dominação” (HORKHEIMER; ADORNO, 1985, p. 19).

Essa captura da razão pelo capitalismo transformou o conhecimento em instrumento de controle, eficiência e exploração, consolidando uma racionalidade instrumental que passou a orientar não apenas a economia, mas também a produção científica.

No contexto colonial, essa racionalidade operou como fundamento epistemológico da

dominação europeia. A ciência moderna passou a legitimar a exploração dos territórios colonizados, classificando povos, hierarquizando culturas e definindo quais formas de conhecimento eram consideradas válidas. Aníbal Quijano denomina esse processo de colonialidade do saber, destacando que “a imposição da epistemologia europeia foi uma dimensão central da dominação colonial, tão importante quanto a exploração econômica” (QUIJANO, 2005, p. 121).

A colonialidade do saber produziu uma divisão abissal entre conhecimentos científicos e não científicos, relegando os saberes dos povos originários e das populações negras ao campo da irracionalidade. Boaventura de Sousa Santos descreve essa lógica como pensamento abissal, no qual “o que está do outro lado da linha é produzido como inexistente” (SANTOS, 2007, p. 32).

Esse processo resultou no epistemicídio, entendido como a destruição sistemática de sistemas de conhecimento que não se enquadravam nos padrões da ciência moderna. O epistemicídio não ocorreu apenas pela supressão violenta de práticas culturais, mas também pela apropriação seletiva de saberes, descontextualizados e reconfigurados para atender aos interesses do capitalismo e da colonialidade.

No Brasil, esse fenômeno manifestou-se de forma intensa na negação dos conhecimentos indígenas sobre a terra, a natureza e a organização social, bem como na marginalização dos saberes africanos trazidos pela diáspora forçada. A epistemologia dominante consolidou-se, assim, como um instrumento de destruição cultural e de controle territorial, legitimando a exploração e a desigualdade.

DESCONSTRUÇÃO EPISTEMOLÓGICA E FILOSOFIA AFRICANA

A desconstrução da epistemologia dominante constitui um dos desafios centrais do pensamento crítico contemporâneo. Mais do que negar a ciência moderna, trata-se de questionar seus pressupostos universalizantes e abrir espaço para a pluralidade epistemológica. Nesse contexto, a filosofia africana contemporânea oferece contribuições fundamentais para a crítica da colonialidade do saber.

Severino Elias Ngoenha destaca que a colonização produziu uma dependência epistemológica que persiste mesmo após a independência política dos países africanos. Para o autor, “a libertação verdadeira exige a capacidade de pensar a partir da própria experiência histórica e cultural” (NGOENHA, 2014, p. 93).

Essa afirmação revela que a emancipação epistemológica não pode ser alcançada apenas pela inclusão de novos conteúdos no currículo científico, mas requer uma transformação profunda das categorias de pensamento e dos critérios de validação do conhecimento.

Ngoenha propõe uma filosofia do possível, orientada pela reconstrução crítica da memória e pela valorização dos saberes locais como fundamentos para a construção do futuro. Essa perspectiva dialoga com o conceito de epistemologias insurgentes, compreendidas como práticas de conhecimento que emergem da experiência concreta dos territórios em resistência e que se colocam em oposição à lógica destrutiva da racionalidade dominante.

A desconstrução epistemológica implica, portanto, reconhecer que o conhecimento científico não é superior por natureza, mas por força de um processo histórico de imposição. Como afirma Hountondji, “o problema não é a racionalidade africana, mas os critérios eurocêntricos que definem o que conta como racional” (HOUNTONDI, 1996, p. 45).

Ao incorporar essas reflexões, este artigo sustenta que a filosofia africana não deve ser tratada como objeto exótico de estudo, mas como fonte legítima de produção epistemológica capaz de desafiar os fundamentos da ciência moderna. A desconstrução epistemológica, nesse sentido, não significa rejeitar todo conhecimento ocidental, mas romper com sua pretensão de universalidade e abrir espaço para um diálogo horizontal entre saberes.

CRÍTICA AO PARADIGMA DO PROGRESSO E À RACIONALIDADE CAPITALISTA

A consolidação da epistemologia moderna esteve historicamente associada à ideia de progresso, compreendida como avanço linear, cumulativo e universal da humanidade. Essa concepção,

herdada do Iluminismo europeu, foi posteriormente apropriada e aprofundada pelo capitalismo, que passou a associar desenvolvimento ao crescimento econômico, à exploração intensiva dos recursos naturais e à mercantilização da vida. No entanto, como demonstram diversas correntes críticas, esse paradigma revelou-se profundamente excludente e destrutivo.

Walter Benjamin já alertava para os limites dessa noção de progresso ao afirmar que “o conceito de progresso deve ser fundamentado na ideia de catástrofe” (BENJAMIN, 1994, p. 226).

Essa crítica evidencia que aquilo que se apresenta como avanço civilizatório frequentemente se constrói sobre a destruição de culturas, territórios e formas de vida consideradas obstáculos ao desenvolvimento. A epistemologia dominante, ao naturalizar essa lógica, contribuiu para legitimar processos de expropriação territorial e de violência epistêmica.

No contexto dos territórios colonizados, a ideia de progresso funcionou como justificativa para a negação dos saberes locais, apresentados como atrasados ou incompatíveis com a modernidade. Arturo Escobar observa que “o desenvolvimento operou como uma máquina discursiva que produziu o Terceiro Mundo como espaço de carência e atraso” (ESCOBAR, 1995, p. 41).

Essa construção discursiva reforçou a dependência epistemológica dos países periféricos, impondo modelos externos de conhecimento e organização social.

As epistemologias insurgentes emergem, portanto, como uma crítica radical a esse paradigma. Ao questionar a universalidade da ideia de progresso, esses saberes propõem outras formas de pensar o futuro, baseadas na pluralidade de experiências históricas e territoriais. Trata-se de uma ruptura epistemológica que desafia não apenas o conteúdo do conhecimento científico, mas os próprios critérios que definem o que conta como desenvolvimento e avanço social.

TERRITÓRIOS EM RESISTÊNCIA E A IMAGINAÇÃO DE FUTUROS POSSÍVEIS

A imaginação de futuros possíveis constitui um dos elementos centrais das epistemologias insurgentes. Diferentemente da epistemologia dominante, que projeta o futuro como mera continuidade

do presente, os saberes produzidos nos territórios em resistência concebem o futuro como espaço de criação coletiva, fundamentado na memória, na tradição e na experiência histórica das comunidades.

Ernst Bloch, ao discutir o princípio esperança, afirma que “o futuro não é algo dado, mas algo que se constrói a partir das possibilidades inscritas no presente” (BLOCH, 2005, p. 17).

Essa concepção dialoga diretamente com as epistemologias insurgentes, que identificam nos territórios subalternizados não apenas carências, mas potenciais epistemológicos para a construção de alternativas ao modelo dominante.

Nos territórios indígenas, por exemplo, a noção de futuro está profundamente vinculada à continuidade da vida coletiva e à preservação da relação com a terra. O conceito de “bem viver”, presente em diversas cosmologias indígenas andinas e amazônicas, expressa uma racionalidade que rompe com a lógica do crescimento ilimitado e propõe formas sustentáveis de organização da vida. Alberto Acosta destaca que “o bem viver não é uma alternativa de desenvolvimento, mas uma alternativa ao desenvolvimento” (ACOSTA, 2016, p. 53).

Da mesma forma, nos territórios quilombolas e nas periferias urbanas, a imaginação de futuros possíveis emerge da experiência da resistência cotidiana, da solidariedade comunitária e da criação de redes de apoio mútuo. Esses futuros não se apresentam como projetos abstratos, mas como práticas concretas que já estão em curso nos territórios, ainda que frequentemente invisibilizadas pelo discurso hegemônico.

EPISTEMOLOGIAS INSURGENTES COMO PROJETO POLÍTICO-COGNITIVO

As epistemologias insurgentes não podem ser compreendidas apenas como alternativas teóricas à ciência moderna. Elas constituem, sobretudo, um projeto político-cognitivo comprometido com a transformação das relações de poder que estruturam a produção do conhecimento. Ao reivindicar o reconhecimento dos saberes subalternizados, essas epistemologias desafiam a universidade, o Estado e as instituições científicas a reverem seus critérios de legitimidade.

Boaventura de Sousa Santos afirma que “o desafio não é integrar os saberes populares à ciência moderna, mas criar condições para um diálogo horizontal entre saberes”(SANTOS, 2010, p. 56).

Esse diálogo pressupõe o reconhecimento da incompletude de todo conhecimento e a recusa da hierarquização epistemológica. Nesse sentido, a epistemologia insurgente não se propõe a substituir a ciência moderna, mas a pluralizá-la, rompendo com sua pretensão de universalidade.

A partir da filosofia africana de Severino Elias Ngoenha, pode-se afirmar que esse projeto político-cognitivo está diretamente ligado à noção de liberdade. Para o autor, “pensar é um ato de liberdade, e a liberdade só se realiza plenamente quando o pensamento se enraíza na experiência histórica do povo”(NGOENHA, 2014, p. 102).

Assim, as epistemologias insurgentes articulam conhecimento, território e política em um mesmo movimento de emancipação, no qual a produção do saber deixa de servir à dominação para se tornar instrumento de reconstrução da vida coletiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo central analisar as disputas epistemológicas contemporâneas a partir da articulação entre saber, poder e território, destacando o papel das epistemologias insurgentes na desconstrução da epistemologia dominante e na construção de futuros possíveis. Partiu-se do reconhecimento de que a ciência moderna, herdeira do Iluminismo europeu e historicamente capturada pela racionalidade capitalista, consolidou-se como um paradigma hegemônico que produziu hierarquizações culturais, exclusões cognitivas e processos sistemáticos de destruição dos saberes não alinhados aos seus critérios de validade.

Ao longo do texto, demonstrou-se que a epistemologia dominante não pode ser compreendida apenas como um conjunto neutro de métodos e teorias, mas como um dispositivo histórico de poder, profundamente vinculado à expansão colonial e à organização desigual dos territórios. A colonialidade

do saber operou como um mecanismo central desse processo, produzindo o epistemicídio de sistemas de conhecimento indígenas, africanos e populares, ao mesmo tempo em que naturalizou a ideia de que apenas o saber científico ocidental seria capaz de explicar e transformar a realidade social.

Em resposta a esse quadro, o artigo evidenciou que os povos originários, as populações negras e os territórios populares nunca deixaram de produzir conhecimento. A resistência epistemológica sempre esteve presente como estratégia de sobrevivência cultural, manifestando-se na preservação de línguas, cosmologias, práticas religiosas e formas comunitárias de organização da vida. No entanto, argumentou-se que, no cenário contemporâneo, essa resistência assume uma nova dimensão: além do enfrentamento à epistemologia dominante, emerge um movimento consciente de resgate epistemológico, orientado à recuperação crítica de tradições, valores e racionalidades historicamente roubadas, dominadas ou destruídas.

Esse deslocamento do enfrentamento para o resgate representa uma inflexão fundamental na luta epistemológica. As epistemologias insurgentes não se limitam a denunciar a violência epistêmica do passado, mas se afirmam como projetos propositivos, capazes de oferecer respostas concretas à crise civilizatória atual. Ao se enraizarem nos territórios em resistência, esses saberes articulam memória, experiência e imaginação, rompendo com a lógica linear do progresso e propondo futuros baseados na coletividade, no cuidado com a terra e na justiça social.

A incorporação da filosofia africana, especialmente do pensamento de Severino Elias Ngoenha, permitiu aprofundar a compreensão da libertação epistemológica como condição para a emancipação política e social. Ao afirmar que não há liberdade sem pensamento enraizado na experiência histórica dos povos, Ngoenha contribuiu para a desconstrução da dependência cognitiva que ainda marca grande parte da produção científica nos países periféricos. Essa perspectiva reforça a tese de que a pluralidade epistemológica não é uma concessão acadêmica, mas uma exigência ética e política.

Do ponto de vista metodológico, o artigo demonstrou que a análise das epistemologias insurgentes exige uma ruptura com abordagens positivistas e universalizantes, adotando uma postura

crítica, dialética e decolonial. A noção de justiça cognitiva revelou-se central para repensar os critérios de validação do conhecimento científico e para reconhecer os territórios em resistência como espaços legítimos de produção epistemológica.

Ao responder ao problema de pesquisa proposto, conclui-se que as epistemologias insurgentes enfrentam a epistemologia dominante não apenas por meio da crítica teórica, mas sobretudo através da reconstrução prática de saberes situados, capazes de orientar alternativas concretas ao modelo hegemônico de desenvolvimento. Essas epistemologias demonstram que o futuro não está dado, mas é continuamente construído a partir das possibilidades inscritas nos territórios e nas experiências coletivas.

Por fim, o artigo sustenta que pensar os desafios do futuro exige romper com a monocultura do saber e reconhecer a incompletude de toda forma de conhecimento. As epistemologias insurgentes não pretendem substituir a ciência moderna, mas pluralizá-la, abrindo espaço para um diálogo horizontal entre saberes. Nesse sentido, os territórios em resistência deixam de ser vistos como margens do sistema e passam a ocupar um lugar central na construção de horizontes possíveis de transformação social, cognitiva e civilizatória.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Elefante, 2016.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. Dialética do esclarecimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BLOCH, Ernst. O princípio esperança. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

ESCOBAR, Arturo. Encountering development: the making and unmaking of the Third World.

Princeton: Princeton University Press, 1995.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 2008.

HOUNTONDJI, Paulin. African philosophy: myth and reality. Bloomington: Indiana University Press, 1996.

LEFF, Enrique. Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MBEMBE, Achille. Crítica da razão negra. São Paulo: N-1 Edições, 2014.

MIGNOLO, Walter. Histórias locais / projetos globais. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

MOURA, Clóvis. Rebeliões da senzala. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

NGOENHA, Severino Elias. Filosofia africana: das independências às liberdades. Maputo: Paulinas África, 2014.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A crítica da razão indolente. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço. São Paulo: Edusp, 2006.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 2011.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Metafísicas canibais. São Paulo: Cosac Naify, 2015.